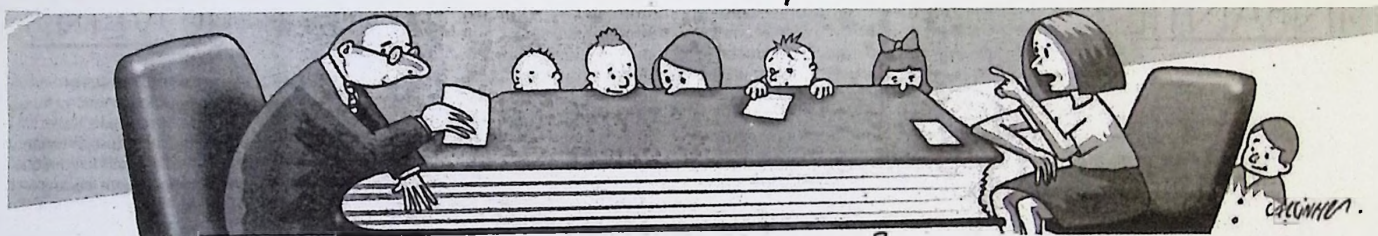




QUALIDADE

EM DISCUSSÃO, O ENSINO

ESPECIALISTAS ^{E 14-1 P. 43} ^{S. volta às aulas} FALA, MINISTRO

Para educadores, a participação dos pais pode melhorar o ensino no País

DANIELA TÓFOLI

A participação dos pais pode melhorar o ensino no Brasil. Com interesse, informação e reivindicação – e sem dinheiro –, eles podem elevar a qualidade das escolas e da educação de seus filhos. “Se os pais reclamarem quando um professor falta muito ou participarem da Associação de Pais e Mestres (APM), por exemplo, a melhora seria enorme”, acredita a coordenadora pedagógica do *Estadão na Escola* (www.estado-escola.com.br), Rachel Trajber. Lisandre Maria Castello Branco, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), concorda: “Nenhum projeto de política pública de educação será bem-sucedido sem a participação da clientela escolar.”

A coordenadora de formação permanente de professores da USP, Stela Piconez, também tem certeza de que a participação é o caminho para a qualidade. “Hoje, o órgão mais importante de uma escola é a APM. Ela pode interfe-



Rachel: educação em casa

rir da administração ao projeto pedagógico. Os pais ganharam tanta força que já podem pedir a substituição de professores, definir reformas e, até, escolher a merenda.” Ela diz que, quando a comunidade se integra com os professores, o colégio melhora, mesmo que não tenha recursos.

Intrusos – Lisandre lembra, entretanto, que não é tradição da nossa cultura que os pais tenham uma vida de participação. “Eles chegam até a ser mal-vistos pelos professores, como se fossem intrusos. Os docentes se sentem ameaçados com a presença dos pais, quando deveriam dividir os problemas.” O exemplo mais evi-

dente, diz, está na reunião de pais e mestres. “Quando uma escola marca reunião em horário comercial, está pedindo para que não vá ninguém. Com o desemprego, não dá para faltar no trabalho.” Para ela, as reuniões deveriam ser fora do horário comercial.

A educadora lembra, ainda, de outro problema. “As mudanças na educação no nosso país são constantes, mas os pais não têm informação sobre elas. Assim, não podem exigir os direitos dos filhos.” O novo calendário escolar, por exemplo, deve ter 200 dias letivos. Como os pais desconhecem a obrigação, não reclamam quando não é cumprida. “As informações mínimas sobre a vida escolar deveriam ser fornecidas pelas escolas, e não são.”

Para Rachel, sempre que os pais se empenham em participar, a escola melhora. “Quem tem filho em colégio particular costuma achar que já fez sua obrigação. Já quem tem filho em colégio público costuma colocar a culpa pela má educação no governo.” Stela afirma, ainda, que, quando matriculam seus filhos, os pais começam a achar que a responsabilidade do ensino é da escola. “Mas a criança fica 4 horas no colégio e 20 horas em casa. Nesse tempo, também precisa de educação.”

conta que, toda volta às aulas, a mesma discussão ocorre em sua casa: Ana Carolina, de nove anos, sempre quer material novo. “Mesmo que seus lápis possam ser reaproveitados, ela me pede novos. Agora, vou levá-la às compras para que veja quanto custa.”

Para a educadora Stela Piconez, o interesse dos pais é fundamental para os alunos. “Quanto menor a criança, mais importan-

te é a participação deles. Levá-lo no primeiro dia de aula, por exemplo, é essencial para que não fique inseguro.” Ela acha que o acompanhamento deve começar na compra do material e arrumar a mochila, preparar o uniforme e escolher o lanche são ações que não podem ser esquecidas. “Tudo isso pode parecer sem importância, mas acaba sendo uma referência de proteção.” (D.T.)

Com o estímulo à conservação do livro didático, o Brasil está economizando mais de R\$ 75 milhões na compra de material neste ano. Em 95, o livro durava, no máximo, dois anos. Agora, com as campanhas de preservação, eles têm durabilidade de, pelo menos, três. “Na França, o livro dura cinco anos, mas, no nosso caso, a duração de três anos é a ideal, porque nossa população muda bastante e suas necessidades também”, afirma o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Para este ano letivo, o governo comprou 73 milhões de títulos, por R\$ 251 milhões.

O reaproveitamento dos livros brasileiros já chega a 70% e aumenta a cada ano. Em 99, foi lançada uma campanha com o ator Samuel Costa, no papel do Menino Malquinho, ensinando os estudantes a conservar seus livros. São cinco filmes – um para cada época do ano –, que estarão no ar novamente na volta às aulas. “Esta conscientização dá resultado porque as crianças se identificam com o personagem.”

Paulo Renato afirma que a campanha apresenta três vantagens: “Ela nos dá condição de investir mais em biblioteca, ensina ao estudante a importância da conservação não apenas dos livros mas também da água e da energia, por exemplo, e estimula as crianças e os jovens a ter uma relação de afeto com o livro.” Com a ajuda do dinheiro economizado, o ministro diz que já equipou 20 mil bibliotecas para professores e 45 mil infanto-juvenis.

Apostila – Apesar de muitas escolas particulares estarem adotando apostilas no lugar dos livros, o ministro é contra esse tipo de material. “O livro abre mais o horizonte do aluno e é aplicado por um professor diferente do que o que escreve. Assim, o alu-



Paulo Renato: campanhas

no tem contato com duas visões. Já a apostila é limitada à visão do docente que a preparou e, geralmente, é usada por ele mesmo.” Ele também lembra que cada escola tem liberdade de escolher seus livros para que estejam dentro da realidade de cada local. “Mas os livros não apresentam diferenças regionais, porque a educação é nacional.”

O ministro diz, ainda, que os pais devem ensinar seus filhos a usar corretamente o material e acompanhar o desempenho escolar. “A participação dos pais na escola é fundamental. Quando eles atuam com os professores, o ensino melhora. A diferença entre uma escola pública boa e uma ruim está nesta participação.”

Para Paulo Renato, mesmo que não tenham informações detalhadas sobre as mudanças educacionais, os pais são capazes de participar. “Quando começam a atuar, eles têm mais contato com as modificações e podem cobrar seus direitos.” Para incentivar a atuação dos pais, o MEC começou a enviar o dinheiro dos colégios diretamente para as Associações de Pais e Mestres (APMs). “Assim, de 11 mil APMs em 95, passamos para 70 mil em 99. Pais, alunos e professores agora trabalham em conjunto.” (D.T.)

PALAVRA DOS PAIS

Agenda da arquiteta Maria Regina Difiore só é organizada depois que as atividades escolares de sua filha, Ana Carolina, já estão definidas. Para ela, o acompanhamento da educação de uma criança deve ser prioridade dos pais. “Quando o colégio marca reunião, agendo meus compromissos em outro horário para poder ir. Só assim, podemos exigir qualidade.” Ela também